



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais informacionais nacionais nos diversos suportes, quais sejam: LIVROS, mapas, entre outros suportes similares, nas áreas de ciências biológicas, da saúde, exatas, da terra, agrárias, engenharias, sociais aplicadas e humanas, linguística, letras e artes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÕES	UASG	ESTIM. DE QUANT. DE TÍTULOS	PERCENTUAL MÍN. DE DESCONTO	VALOR ESTIMADO
01	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências biológicas e da saúde , para atender às necessidades da BIUNILA, pelo período de até 12 (doze) meses.	158658	500	20,00%	R\$400.000,00
02	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências exatas, da terra e de agrárias e engenharias , para atender às necessidades da BIUNILA, pelo período de até 12 (doze) meses.	158658	600	20,00%	R\$400.000,00
03	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas, letras, linguística e artes , para atender às necessidades da BIUNILA, pelo período de até 12 (doze) meses.	158658	1.600	20,00%	R\$400.000,00
04	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências biológicas e da saúde , para atender às necessidades do IFPI – Campus Oeiras , pelo período de até 12 (doze) meses.	154701	80	20,00%	R\$ 64.000,00



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

05	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências exatas, da terra e de agrárias e engenharias , para atender às necessidades do IFPI – Campus Oeiras , pelo período de até 12 (doze) meses.	154701	250	20,00%	R\$ 166.665,00
06	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências exatas, da terra e de agrárias e engenharias , para atender às necessidades do Centro de Instrução Almirante Alexandrino – Marinha do Brasil , pelo período de até 12 (doze) meses.	762600	200	20,00%	R\$ 133.320,00
07	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas, letras, linguística e artes , para atender às necessidades do IFPI – Campus Oeiras , pelo período de até 12 (doze) meses.	154701	400	20,00%	R\$ 100.000,00
08	Contratação de empresa especializada apta a fornecer materiais informacionais nacionais , nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas, letras, linguística e artes , para atender às necessidades Centro de Instrução Almirante Alexandrino – Marinha do Brasil , pelo período de até 12 (doze) meses.	762600	200	20,00%	R\$ 50.000,00

1.2. Os órgãos participantes são o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Oeiras e o Centro de Instrução Almirante Alexandrino – Marinha do Brasil.

1.3. A descrição da solução como um todo abrange a aquisição de material bibliográfico para atender às demandas provenientes dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação, Pós-Graduação, demandas esporádicas dos docentes e de departamentos e Institutos da UNILA e, também, dos projetos de pesquisa referentes aos convênios celebrados entre a UNILA e a Fundação Araucária para os anos de 2019 e 2020.

1.4. *O Decreto nº 8.538 de 2015, juntamente com com a Lei Complementar nº 123 de 2006, dispõem sobre aplicação de cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nas licitações de objetos divisíveis, no entanto, por questões de inviabilidade técnica do sistema compras governamentais, o § 2º do art. 8º do citado decreto traz consigo que “O instrumento convocatório deverá prever que,*



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.” Não havendo operacionalidade deste dispositivo, em eventual ausência de vencedor para os itens das cotas reservadas a empresas beneficiadas pelo decreto, o item restar-se-á cancelado sem a possibilidade de assunção do vencedor da cota principal. Sendo assim, por tal motivo, não será aplicada a citada cota.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada, ao beneficiário do Registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. As publicações oficiais, editadas por órgãos governamentais e fundações não sofrerão desconto, pagando-se por essas publicações os valores cobrados pela editora ou órgão que as publicou.

1.8. Com relação a sustentabilidade ambiental e atendendo a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, solicitamos no que couber:

1.8.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

1.8.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –(INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.8.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.8.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo, hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de material bibliográfico visa atender às demandas provenientes dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação, Pós-Graduação, demandas esporádicas dos docentes e de departamentos e Institutos da UNILA, e também dos projetos de pesquisa referentes aos convênios celebrados entre a UNILA e a Fundação Araucária para os anos de 2019 e 2020.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

2.2. Tem-se ainda que, com as licitações realizadas, anteriormente, não foi possível atender plenamente as demandas supracitadas, haja vista tratar-se em sua grande parte de literatura técnica e, portanto, não disponível facilmente e/ou na quantidade necessária às demandas e também porque com a dificuldade na emissão de nota de empenho no último pregão, qual seja 22/2017, o prazo para as compras ficou reduzido, haja vista que esse prazo deve estar alinhado à validade do prazo de vigência da ata do pregão. O que de certo modo obstaculizou, parcialmente, a concretização de todas as compras.

2.3. A BIUNILA pretende com este certame expandir e atualizar o acervo, haja vista que os cursos implantados ainda estão em fase de avaliação pelo MEC. E, é sabido que os materiais bibliográficos além de auxiliarem no alcance do objetivo final institucional de ensino, pesquisa e de extensão, também são extremamente relevantes no quesito de obtenção de nota e/ou de reconhecimento desses cursos pelo MEC.

2.4. Os cursos de graduação precisam de mais materiais bibliográficos, principalmente os cursos criados em 2015, pois para estes há o aumento do número de vagas, como também, atualização dos títulos elencados nos Planos de ensino, a adequação das quantidades de exemplares dos títulos constantes no acervo da Biblioteca, ações importantes para que os cursos de graduação obtenham um bom desempenho na avaliação de reconhecimento de curso do (MEC).

2.5. Além do suprimento do acervo bibliográfico para atender as exigências do MEC nos cursos de graduação, a Instituição conta com programas de pós-graduação que necessitam de materiais bibliográficos para pesquisas e extensão.

2.6. Ademais, pretende-se atender também às demandas trazidas pelos docentes das diversas áreas de conhecimento, pelas demandas trazidas pelo DELABEN e pelos Institutos e Coordenações de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UNILA, Conforme as respectivas solicitações realizadas por seus responsáveis, via memorando, e também dos projetos de pesquisa referentes aos convênios celebrados entre a UNILA e a Fundação Araucária.

2.7. A opção pelo uso do Sistema de Registro de Preços para a referida aquisição está fundamentada no inciso I e II do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, onde se faz necessário a aquisição dos materiais informacionais conforme as demandas apresentadas pelos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e DELABEN e de outros setores e servidores da UNILA, em períodos recorrentes.

2.8. Dessa forma, as aquisições de materiais informacionais bem como sua entrega poderá ser parcelada ao longo do período de vigência a ata.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens as serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 *“Consideram-se bens e serviços comuns, para*



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

4. DA DINÂMICA, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Havendo necessidade do fornecimento de material informacional será solicitado pela Chefia da Divisão Administrativa da Biblioteca (DABIUNILA) o orçamento dos títulos, via e-mail institucional.

4.2. Aprovado o orçamento pela CONTRATANTE, este será solicitado (formalmente) mediante requisição de fornecimento feita por escrito, podendo ser encaminhada à CONTRATADA pela seguinte forma: via correio eletrônico institucional. Caso não seja aprovado, a DABIUNILA informará o(s) motivo(s), por escrito, via e-mail institucional, à Distribuidora e concederá prazo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas a contar do horário em que foi remetido o referido e-mail.

4.3. No referido orçamento, deverão ser indicados, além de outros elementos: o ISBN, título, o nome do autor e a editora.

4.4. Tendo em vista o fornecimento do material bibliográfico de procedência nacional, a CONTRATADA deverá encaminhar o orçamento dos títulos em planilha, mantendo a mesma ordenação, formatação e quantidades, constante no pedido de orçamento enviado pela CONTRATANTE.

4.5. O orçamento deve conter o valor por material informacional solicitado, de acordo com o catálogo (impresso ou *on-line*) e/ou tabela de preços oficial da editora, e o desconto proposto, conforme consignado na respectiva Ata de Registro de Preços.

4.6. O prazo para envio do orçamento pela CONTRATADA é de **até 10 (dez) dias úteis** a partir do envio da solicitação de orçamento pela DABIUNILA, via e-mail institucional.

4.7. O orçamento deverá ser válido pelo período **mínimo de 60 dias** contados da data do recebimento pela CONTRATANTE.

4.8. As publicações bibliográficas deverão ser entregues sempre em suas edições mais atualizadas, mesmo tendo sido solicitadas edições anteriores, ao tempo do pedido.

4.9. O prazo de entrega do material informacional é de **60 (sessenta) dias corridos**, a partir da requisição de fornecimento, via e-mail da DABIUNILA.

4.10. A entrega deve ser feita conforme as requisições de materiais emanadas da DABIUNILA para a distribuidora e os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Avenida Tancredo Neves, nº 6.731, Biblioteca Paulo Freire, Parque Tecnológico Itaipu, Foz do Iguaçu/PR.**

4.11. Em relação aos itens 04, 05 e 07, cujo órgão participante é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI Campus Oeiras, a entrega deve ser feita conforme a requisição de materiais emanadas pelo órgão para a distribuidora e os bens



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua projetada s/n, bairro uberaba II, Oeiras/PI, CEP: 64.500-000.

- 4.12. Em relação aos itens 06 e 08, cujo órgão participante é o Centro de Instrução Almirante Alexandrino – Marinha do Brasil, a entrega deve ser feita conforme a requisição de materiais emanadas pelo CIAA para a distribuidora e os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Brasil, 10946, Bairro Penha, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.012-350.
- 4.13. A CONTRATADA poderá fazer o agendamento da entrega do material para a UNILA pelo telefone (45) 3576-7384 ou pelo e-mail: adquisicao@unila.edu.br.
- 4.14. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis e nos seguintes horários: das **08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas**. Atentando-se aos horários de atendimento da Central de Credenciamento da Itaipu Binacional, sob pena de não ser possível transpassar a barreira.
- 4.15. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar à Biblioteca Latino-Americana uma solicitação de prorrogação do referido prazo.
- 4.16. A solicitação a que se refere o item anterior deve conter: o motivo do descumprimento do prazo (devidamente comprovado) e o novo prazo previsto para entrega.
- 4.17. O motivo de que trata o item anterior deve conter: a alegação da empresa CONTRATADA, e documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta da editora/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro ou outro equivalente.
- 4.18. Caso o material bibliográfico requisitado esteja **ESGOTADO, FORA DE CATÁLOGO e/ou INDISPONÍVEL**, a CONTRATADA deverá comprovar o fato, por escrito, por meio de declaração das editoras, produtoras e/ou gravadoras.
- 4.19. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Biblioteca Latino-Americana na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade.
- 4.20. A decisão referente ao item anterior será informada à CONTRATADA no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação.
- 4.21. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega e, caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.
- 4.22. Os bens serão recebidos primeiramente provisoriamente e posteriormente definitivamente.
- 4.23. **Provisoriamente:** no prazo de 15 (quinze) dias pelo(a) responsável em acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Serão verificados, dentre outros:
- 4.23.1. se os materiais informacionais estão em suas respectivas embalagens originais com a identificação do material;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

- 4.23.2. cada caixa deverá pesar no **MÁXIMO 12 kg** (doze quilos), tendo em vista que o transporte individual e manual de carga não deve comprometer a saúde do trabalhador, sob pena de ser recusada;
- 4.23.3. quais as condições da embalagem e/ou do material informacional;
- 4.23.4. se a quantidade entregue está de acordo com o pedido;
- 4.23.5. a apresentação do documento fiscal, com a identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material informacional entregue, contendo: ISBN, quantidade, **preço unitário com desconto aplicado e valor total**;
- 4.23.6. deverá conter no **MÁXIMO 2** (duas) páginas por número de nota fiscal.
- 4.23.7. Atendidas as condições indicadas no item acima, será registrado o recebimento provisório, mediante atestado, no verso da Nota Fiscal ou em termo próprio.
- 4.23.8. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal ou documento similar, que fique sob a posse da empresa transportadora ou da distribuidora, **NÃO** configura o recebimento definitivo dos materiais informacionais.
- 4.24. **Definitivamente:** no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e, conseqüentemente, aceitação mediante termo circunstanciado, satisfeitas as condições abaixo:
- 4.24.1. correspondência do material informacional fornecido (ISBN, quantidade, título da obra, nome do(s) autor(es), número da edição, editora, etc.), com o indicado na requisição de fornecimento;
- 4.24.2. conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador; descrição do material informacional entregue, quantidade, preço unitário com desconto ofertado, preço total e **de qual área são os livros (ciências exatas, sociais, por exemplo)**.
- 4.24.3. Caso a verificação a que se refere a letra “m.2” não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo, no dia do esgotamento do prazo.
- 4.24.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.24.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 6) Verificada alguma falha no fornecimento será feito o registro formal e informado à CONTRATADA para que proceda à sua correção no mesmo prazo estipulado para entrega.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

- 4.25. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas com: o frete, o transporte, o seguro e os demais custos advindos da entrega ou da substituição do material requisitado.
- 4.26. Os materiais informacionais devem: ser novos (de primeira mão), estar devidamente acondicionados em embalagens apropriadas e possuir as características e especificações descritas no catálogo/ tabelas oficiais das editoras.
- 4.27. A CONTRATADA deverá substituir, sempre que notificada, sem custos adicionais para a CONTRATANTE e, no mesmo prazo estipulado para a entrega, as obras que porventura apresentarem alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento.
- 4.28. Havendo discordância quanto ao material informacional entregue, valerá sempre a especificação constante na requisição de fornecimento encaminhada pela UNILA à CONTRATADA.
- 4.29. Não serão recebidos os materiais informacionais que não estiverem em perfeitas condições, nem os que estiverem em desacordo com as especificações.
- 4.30. O pagamento será efetuado à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no Edital e em seus anexos.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e em seus anexos;
- 5.2. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos, provisoriamente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de Comissão e/ou servidor especialmente designado;
- 5.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no Edital e em seus anexos;
- 5.6. Quando da aquisição do produto, enviar cópia da Nota de Empenho registrada e emitida em favor da CONTRATADA, em data compreendida durante a vigência do Contrato;
- 5.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 5.8. Assegurar-se da boa qualidade dos objetos adquiridos;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

5.9. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles constantes nos catálogos e/ou tabelas oficiais de preços das editoras. Caso inexistam esses catálogos e/ou tabelas de preços das editoras, a CONTRATADA deverá enviar documento legal de aquisição para fins de comprovação do desconto.

5.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato: da CONTRATADA, de seus empregados, de seus prepostos ou de seus subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, nos seus anexos, na proposta e em especial neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a título, editora e outras informações relevantes.

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

6.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os materiais que estejam com avarias ou defeitos;

6.5. Substituir, sem ônus adicionais à UNILA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação formal desta Administração, todos os produtos recusados na fase de recebimento;

6.6. Corrigir, às suas expensas, quaisquer danos causados à Administração, decorrentes da utilização dos materiais informacionais de seu fornecimento.

6.7. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.8. Encaminhar periodicamente à Biblioteca Latino-Americana os catálogos e/ou tabelas oficiais, atualizados das editoras;

6.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

6.10. Responsabilizar-se pelas despesas com quaisquer: tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

garantia, pedágios e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição dos produtos;

6.11. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

6.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100) / 365}{I = 0,00016438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis, considerando que trata-se de julgamento por maior desconto.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 12.3.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste item deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Biblioteca Latino-Americana
Divisão Administrativa da Biblioteca

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Evandro Cesca Mezzari

Chefe da Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações